



EletoRevista

Revista Científica e Tecnológica

Institucional Business Consultoria Internacional

Copa FIFA 2014: o que é legado face a gastos correntes de governos federais, estaduais e municipais.

Este artigo foi redigido como contribuição parcial voluntária a pesquisa intitulada DIESPORTE, não se constituindo em solicitação original expressa.

O presente escrito é mais longo e detalhado que o original e visa aprofundar a percepção analítica do que se possa definir, expressar e identificar que seja um legado.

Todas as ponderações e análises são de responsabilidade exclusiva do autor, não refletindo necessariamente a opinião, pensamento ou posição de organização a que esteja vinculado.

Professor Istvan Kasznar – PhD

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 2014 – primeira versão.

Palavras-chave

Legado. Legado da Copa 2014. Legado das Olimpíadas. FIFA. Finanças do esporte. Cidades sede. Recursos financeiros destinados à Copa FIFA 2014. Legado verdadeiro. Falso legado. Sobre faturamento. Gastos e Investimentos para a Copa do Mundo.

Eventos pertinentes ao assunto legado

Uma das principais justificativas dadas pelas autoridades desportivas nacionais, estaduais e municipais ao longo dos anos 2007 a 2016 para defender a realização dos eventos Copa FIFA de 2014 e Rio 2016 das Olimpíadas residiu no aporte de grandes legados às cidades que os receberiam.

O Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro seriam sob este aspecto os principais beneficiários do legado.

A realização da atividade esportiva deveria necessariamente ser feita com uma infraestrutura maior, mais moderna, com facilidades múltiplas e destinada a transformar e reformar a

cidade. Isso significava que mais estádios, arenas, campos desportivos, parques aquáticos, espaços para tiro ao alvo e afins deveriam ser construídos, ou reformados ou ampliados.

Mais ainda, para receber tantos atletas, seria preciso fazer uma Vila Olímpica maior, em espaço urbano nobre. Para sediar a contento tantas autoridades e torcedores, seria necessário dispor de uma rede hoteleira, de restaurantes, bares e lazer com diversões, maior e extensa, difundida por diversos bairros da metrópole.

Ademais, o processo de integração urbanístico-desportiva requisitaria novas estradas, avenidas, ruas, praças, parques públicos e afins, de modo que uma ampla lista de obras públicas necessitaria ser feita, sob o comando governamental federal, estadual e municipal, ao toque de gigantescas empreiteiras que gerariam centenas de milhares de empregos. Ao todo, consultorias contratadas pelos governos embandeiravam as promessas da criação de 540.000 novos empregos apenas na cidade do Rio de Janeiro. Pelo menos 2 milhões de turistas chegariam e ficariam em média dez dias para assistir os Jogos da Rio 16, pelas previsões otimistas realizadas em 2013.

Isso, segundo as consultorias estrangeiras contratadas no ano 2013.

Na média, entre os anos 2008 e 2012 os turistas ficaram no Brasil por cinco dias. Desse modo, a proposta de aportar turistas por mais tempo era tentadora, valeria os investimentos e justificaria os gastos públicos.

Mas pura e simplesmente, essas previsões otimistas não se confirmaram. A economia brasileira entrou em colapso gradativamente, de 2011 em diante, de modo a literalmente quebrar nos anos 2015 e 2016. O PIB cresceu a taxas negativas de -3,5% por esses dois anos consecutivos. No Rio de Janeiro, o estado se arrastava a taxas anuais entre 2006 e 2016 de 1,25% de PIB, numa franca e visível decadência, que o Esporte não poderia compensar com as verbas a ele destinadas, por definição. No lugar de se criarem 540.000 empregos permanentes, no Rio de Janeiro fecharam-se 2.672.910 empregos permanentes entre 2015 e junho de 2017.

O que foi vendido e prometido à população como a redenção econômica do Rio de Janeiro e do Brasil, virou uma franca decepção. O legado que seria bom e amplo, tornou-se objeto de questionamento pertinente e com o fim dos eventos, assistiu-se à desconstrução do legado.

Essa desconstrução não é difícil de acontecer. Os jogos acabaram. O governo Dilma Rousseff sofreu um impeachment, o que não lhe deu passos para uma solução de continuidades em políticas públicas esportivas, nem de outras naturezas. A Lava-Jato abriu a caixa de pandora do país e mostrou o elevadíssimo, assombroso grau de corrupção que assolou as obras públicas no país, entre elas aquelas vinculadas aos esportes promovidos com a Copa FIFA 2014 e a Rio 2016.

Quanto mais os tribunais de contas, os membros do Ministério Público, as autoridades fazendárias, a polícia federal e outros representantes da legalidade formal no país se aprofundaram em contas públicas e obras do esporte, mais encontraram descabros financeiros, sobre faturamentos de contas de fornecedores, obras mal concebidas e

inacabadas, contratos sem prever manutenção e contratos prevendo manutenções pós jogos a preços elevados sobre faturados.

Desse modo, definir o que é de fato legado real, efetivo, diante desse quadro confuso e obscuro, torna-se sumamente difícil.

Contudo, identificar o legado ou algum legado precisa ser feito. É a isso que nos propomos no artigo que segue, sob ótica financeira.

Introdução

Legado é o que se lega, aquilo que se repassa, se delega, se entrega a outrem.

Uma geração pode repassar a outra, valores culturais, esportivos e educacionais que moldam as suas vidas. Também pode repassar obras públicas e privadas, construções, que permitem o uso através dos tempos.

O legado tem muito de positivo. Reduz o esforço de obtenção de descobertas, de qualidade de vida, de construção de obras complexas, caras e cansativas de se fazer e de usufruto por bens e serviços, de uma geração para outra.

Logo, quando se vende a ideia de um legado, espera-se que ela contenha um conjunto de ganhos que farão uma sociedade do futuro mais feliz, capaz, de bem com a vida e com prazer de aproveitar o que os antepassados fizeram e deixaram como objeto de sua memória.

O legado pode ser concreto (obras) ou abstrato (imagens, visões, sons), de modo que sua mensuração e identificação é sumamente difícil.

Pode-se descrever o legado. Quantificá-lo e lhe dar um valor econômico-financeiro é bem mais complexo.

Tanto mais complexo é, quanto maiores são as volatilidades políticas, econômicas, sociais, éticas e afins, que acontecem em determinada sociedade e país. Logo, a *valuation* pode ser positiva em alguns anos e fortemente negativa noutros, em função dos acontecimentos.

Não se pretende neste estudo fazer uma projeção de *valuation* (estaturar um valor total econômico-financeiro a todo o legado dos eventos esportivos ocorridos no Brasil dos anos 2010). Contudo, mostrar o valor de certos investimentos no esporte e no que eles representam ajuda e determinar uma parte que seja desse valor.

Ademais, o presente estudo visa atender a uma questão contábil e financeira, que emerge quando se analisam os dados da Copa do Mundo 2014 no Brasil: de fato, tudo e todos os valores que se incluíram como vinculados diretamente à Copa, como foco, verdadeiramente

o são e como tal devem ser considerados? Isto, como forma de complementar os pensamentos e as análises contidas no artigo intitulado **Financiamento da Copa do Mundo de 2014 em 12 cidades sede** (Kasznar, Istvan; Textos Quentes da IBCI; ano 2014).

Existe certamente ampla polêmica a respeito. O assunto está longe de ser concluído e de possuir um caminho, uma resposta com uma única solução.

Segundo numerosos analistas, dados contábeis que não possuem relação com o esporte e com a Copa, salvo para curto prazo de tempo, foram incluídas sob a responsabilidade desta. Isto é, se teriam inflado dados e números, o que sobre contabiliza tanto as Finanças do esporte, quanto o aporte efetivo que a Copa terá tido para as 12 cidades-sede.

A questão é de metodologia, de definições e de acertos técnicos, para mensurar-se o valor que a Copa gerou para as cidades sede, o esporte e o país.

A seguir, apresentam-se de forma direta e sintética várias formas de se interpretar o assunto e de se chegar a uma resposta sobre o quão sobre dimensionado poderá ter sido este assunto.

Antecedentes

A Copa do Mundo promovida pela *Federation Internationale de Football Association*, ou Copa FIFA, trouxe consigo uma miríade de exigências práticas de investimentos, gastos e despesas, a serem feitas pelo setor público e pelo empresariado ou setor privado.

Numerosas contas e rubricas foram associadas ao setor público, que as apresentou à comunidade brasileira como sendo investimentos e legados públicos, através do esporte.

Subitamente, o futebol, principal esporte nacional, identificado como valor cultural e esportivo do Brasil, passou a receber um aporte de capitais bilionário.

Sob a chancela do desporto e de suas benesses, foram aportados projetos urbanísticos, de transportes, de saúde e de segurança pública, de telecomunicações e de educação, que se ligariam segundo seus autores umbilicalmente ao esporte.

Mas seria somente para o esporte e sua prática esse aporte de projetos?

Não haveria certa distorção na concepção da contabilização dos haveres financeiros e patrimoniais sobre o assunto, sendo ele em parte associável a esportes e em boa parte vinculável a áreas que nada tem a ver com o esporte?

O raciocínio se torna mais evidente quando se considera que há estádios, arenas, quadras, complexos aquáticos e parques tipicamente esportivos que serão claramente usados após os jogos em esportes. Mas estradas, ruas, avenidas e parques novos pelos quais passarão por 30

dias torcedores e atletas não serão mais usados mais tarde em esporte tipicamente e sim nas atividades rotineiras de uma cidade.

Não bastasse isso, existem estádios e arenas móveis e descartáveis. Acontecido e findo um grande evento, ele é transferido, ou alterado em seu propósito, ou demolido e outros, o que modifica o conceito de legado.

O esporte, por ser tão múltiplo versátil e plural, se correlaciona a saúde, a educação, a cultura, a socialização e muito mais.

Logo, pode haver uma tendência de lhe ser imputado todo tipo de investimento. E isto precisa ser melhor entendido, estudado e disseminado.

Caso contrário, tal como recentemente sucedeu, entende-se que o esporte recebe recursos em demasia, em face de sua relevância sócio educacional- e de saúde, entre outros.

Os municípios das cidades-sede, no positivo esforço de mostrarem que estavam comprometidos com a onda de investimentos, teriam então contabilizado recursos não usuais ao esporte, uma vez que uma Copa do Mundo FIFA é um evento raro, que não se repete num país com frequência. No Brasil, que sediou a Copa em 1950, isso significou que demorou 64 anos para que novamente se realizasse um campeonato mundial sediado no país.

Os números das cidades-sede e de seus correspondentes municípios, quase sempre os mesmos, precisam passar, portanto por um crivo analítico e metodológico mais apropriado.

É isto que este estudo se propõe a fazer, nos limites que os dados, as fontes, as metodologias existentes – ainda assaz raras – permitem fazer.

Surgiram como decorrência dúvidas sobre o que seja realmente aporte de recursos financeiros ao esporte e como os municípios contabilizaram esses valores.

Este estudo busca elucidar este assunto e mostrar definições sobre o que se pode considerar ou não aporte típico de recurso ao esporte; o que seria um legado associado a múltiplas políticas públicas necessárias ao país; e de que forma se pode conceber tão grande e positivo esforço de investimento a favor do Brasil e de seus cidadãos.

Contribuição do projeto DIESPORTE – Diagnóstico do Esporte no Brasil, processo de identificação de contas, investimentos, legados e orçamentos municipais das secretarias do esporte.

Esta seção visa mostrar o esforço do DIESPORTE em sua variável Financiamento, em entender, estudar e propor uma definição mais clara e apropriada sobre o que sejam gastos e

investimentos típicos em esporte, e o que sejam outros gastos e investimentos, que preenchem outras e numerosas, vitais funções públicas e de políticas de governo.

Corresponde esta parte do trabalho a uma doação voluntária não prevista nem demandada pelo diagnóstico, efetivada pelo pesquisador e Professor Istvan Kasznar.

Esta proposta e análise vem preencher um vácuo, uma falta, uma ausência, na definição e identificação clara do que seja tecnicamente um legado esportivo no Brasil, no âmbito de grandes eventos.

Não possui o estudo a pretensão de esgotar o assunto. Ele é complexo e precisa de maior aprofundamento. Mas são fornecidos os primeiros passos para esclarecer e classificar mais o assunto.

O legado pode ser debatido sob vários aspectos, entre eles, em resumo se apontam os seguintes:

- O que ganharão e identificarão as gerações futuras como ganhos para si, feitos por gerações do passado?
- O que será aproveitado pelos brasileiros no pós 2016, oriundo da Copa FIFA e da Rio 2016?
- Esse aproveitamento virá sem outros custos, sem sequelas, ou significará sacrifícios às gerações futuras? Por exemplo, para fazer as obras, as autoridades tomaram empréstimos e os pagamentos das dívidas já terão sido saldadas ou incorrerão em pagamentos futuros, que caberá aos cidadãos do futuro pagar?
- As obras foram entregues e feitas por completo, ou foram feitas em parte?
- O que se criou teve os cuidados de manutenção, ou depois dos megaeventos as grandes obras foram abandonadas, desmontadas, destruídas, roubadas e similares?
- O legado em seu balanço final trouxe mais ganhos que perdas ou mais perdas que ganhos?

O que deveria se classificar registrar e identificar como sendo do Esporte? O DIESPORTE sugere o seguinte caminho e resposta:

- 1) Aquela ação e atividade que é tipicamente esportiva exercita o corpo e a mente comprova movimentação e esforço físico;
- 2) Toda atividade que habilita o ser humano, individualmente ou em grupo, a aprimorar sua capacidade e resistência física, com saúde e vigor;
- 3) Toda atividade que tira do ser humano sua feição de sedentário, de parado, de passividade física e mental;
- 4) O tipo de exercício, prática e jogo que reúne em torno de si as características da boa movimentação e ação integrada do metabolismo humano.

O que se deveria classificar, registrar e identificar como sendo gasto e investimento em esporte?

- 1) Ao conjunto de ações humanas, de estado ou de iniciativa privada, que promovem, facilitam a produção e expandem a atividade esportiva;
- 2) Ao conjunto de elementos que fazem a formação bruta de capital fixo em esporte e promovem a variação líquida de estoques de bens ligados ao esporte;
- 3) A toda estrutura, infraestrutura, sistemática, conhecimento, propriedade intelectual e saber, que alavanca e puxa para maior produção e produtividade, inserção e aceitação, o esporte.

O que haveria de ser registrado pelos municípios em esporte?

Primeiro, precisa-se definir claramente a função esporte e de que ela é constituída.

Segundo, é e seria preciso identificar e padronizar, fazendo-se aceitar em todos os municípios do país com uma mesma metodologia, quais são as sub-funções esportivas e quais são as rubricas que delas fazem parte.

E terceiro, resumidamente, seria preciso definir e diferenciar entre gastos correntes, despesas de curto prazo e investimentos – que são de longo prazo.

A seguir apresentam-se quadros de a até g, que contribuem neste processo de estudo, classificação e esclarecimento.

a Gastos e Investimentos para a Copa do Mundo

Valores financeiros projetados em 2010

Em R\$ milhões

	Rubrica	R\$
1	Mídia	6.510,00
2	Estádios	4.624,45
3	Parque Hoteleiro	3.163,93
4	Reurbanização	2.837,30
5	Segurança	1.697,38
6	Rodovias	1.441,02
7	Aeroportos	1.213,74
8	Tecnologia da Informação	309,00
9	IMCs e IBC	184,50
10	Fan Parks	203,83
11	Energia	280,52
	Total	22.465,67

Fontes: Ernst & Young e FGV Projetos - Brasil Sustentável Impactos Sócioeconômicos da Copa2014

Segundo levantamento da Ernst & Young e da FGV Projetos, no ano 2010 os valores totais projetados financeiros em investimentos para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 montariam a R\$ 22,4 bilhões. Vide o quadro anterior.

Esse é um valor alto e abarca “de tudo”. Logo, não necessariamente o usufruto futuro desses investimentos será tipicamente desportivo.

Pode ser elevado o usufruto esportivo na rubrica estádios, que se vincula diretamente à prática esportiva, sobretudo de alto rendimento e para os atletas mais talentosos. Mas requer bastante criatividade inserir e impor as demais rubricas de gastos como “tipicamente esportivos”. A mídia pode usar por algumas horas por dia canais de televisão para transmitir atividades esportivas, mas noutros horários os programas não são do esporte; ou ainda é possível que um canal midiático seja exclusivamente esportivo, mas isso é incomum e não é dominante no reino dos canais televisivos, do rádio, dos jornais e revistas.

Desse modo, cada rubrica contida nos quadros a e b pode ser contestada quanto ao seu grau de envolvimento efetivo com o esporte.

b Gastos e Investimentos para a Copa do Mundo como percentual % do total

Valores financeiros projetados em 2010

Em R\$ milhões

	Rubrica	R\$	%
1	Mídia	6.510,00	28,98
2	Estádios	4.624,45	20,58
3	Parque Hoteleiro	3.163,93	14,08
4	Reurbanização	2.837,30	12,63
5	Segurança	1.697,38	7,56
6	Rodovias	1.441,02	6,41
7	Aeropostos	1.213,74	5,40
8	Tecnologia da Informação	309,00	1,38
9	IMCs e IBC	184,50	0,82
10	Fan Parks	203,83	0,91
11	Energia	280,52	1,25
	Total	22.465,67	100,00

Fontes: DESPORTE e NESPAS / ASPRES - Fundação Getúlio Vargas - FGV;

Ernst & Young e FGV Projetos - Brasil Sustentável Impactos Sócioeconômicos da Copa2014

Para tentar discriminar entre o que é e o que não é esportivo, pode-se utilizar como sugestão metodológica uma diferenciação, uma dicotomia, após definir o que seria tipicamente esportivo.

Se um bem, objeto, obra pública, patrimônio ou facilidade é utilizado sobretudo e o máximo de tempo para o exercício desportivo, então pode-se afirmar que esse investimento é um legado financeiro desportivo. Na medida em que esse coeficiente de uso diminui, tem mais serventia e justificativa para outras demandas do público, deixa de ser esportivo.

Desse modo, no quadro c o que está em vermelho se assevera mais bem como esportivo. O que se identifica como azul possui multifunções, utiliza-se parcial e temporariamente em esporte e logo não é um legado “tipicamente desportivo”.

c O que é tipicamente esporte e o que é legado público motivado na Copa 2014

É e corresponde a gasto e investimento típico em esporte, aquele recurso que se identifica permanentemente com o esporte e permite a sua prática contínua, embora possa ser multiuso. 

É legado público e corresponde a um gasto ou investimento multifuncional, que não é típico nem dominante para a Copa 2014 ou para a prática contínua do esporte, toda aplicação que gera usufruto em áreas da vida e da promoção social e econômica de uma cidade-sede, com participação relativamente baixa a favor do esporte, sem excluí-lo. 

	Rubrica	R\$	%		
1	Mídia	6.510,00	28,98		Possui efeito misto, reparte-se no tempo. Permanece, é legado esportivo.
2	Estádios	4.624,45	20,58		
3	Parque Hoteleiro	3.163,93	14,08		Possui efeito misto, reparte-se no tempo.
4	Reurbanização	2.837,30	12,63		
5	Segurança	1.697,38	7,56		
6	Rodovias	1.441,02	6,41		
7	Aeroportos	1.213,74	5,40		
8	Tecnologia da Informação	309,00	1,38		
9	IMCs e IBC	184,50	0,82		
10	Fan Parks	203,83	0,91	Ocorre durante a Copa.	
11	Energia	280,52	1,25	Ocorre durante a Copa.	
	Total	22.465,67	100,00		

Fontes: DESPORTE e NESPAS / ASPRES - Fundação Getúlio Vargas - FGV.

No quadro d propõe-se uma taxa de participação de uso em esporte de cada rubrica exposta pelas autoridades esportivas e outra noutras atividades, que não esporte. Daí resulta que somente 53,93% daquilo que originalmente era legado econômico-financeiro esportivo, dos R\$ 22,465 bilhões, ou, portanto R\$ 12,114 bilhões, é que se enquadram como “legado esportivo”.

Houve de fato, pelas evidências, uma superestimava do valor verdadeiro e efetivo que se possa atribuir ao investimento e ao legado do esporte, no Brasil, nos anos 2011 a 2016.

Aqueles que classificaram um valor tão elevado como diretamente do esporte compraram para si a reclamação popular (bem justificada); ignoraram a verdadeira dimensão do esporte; e provavelmente quiseram justificar a aplicação de recursos públicos em esporte, para fazer mega-obras que mais tarde se descobriu com evidências insofismáveis, foram frequentemente sobre faturadas.

d Em proxy, quanto se dirige do gasto previsto ao esporte permanente predominantemente e quanto é um legado típico de política pública multifuncional - valores e percentuais.

Valores projetados com a utilização do quadro anterior.

	Rubrica	R\$	%	Em R\$ milhões		Em percentual (%)	
				Direcionado momentaneamente a:		Taxa de participação	
				Esporte	Set Público	Esporte	Set Público
1	Mídia	6.510,00	28,98	4.815,17	1.694,83	21,43	7,54
2	Estádios	4.624,45	20,58	4.624,45		20,58	
3	Parque Hoteleiro	3.163,93	14,08		3.163,93		14,08
4	Reurbanização	2.837,30	12,63		2.837,30		12,63
5	Segurança	1.697,38	7,56	1.697,38	327,00	7,56	1,46
6	Rodovias	1.441,02	6,41		1.441,02		6,41
7	Aeroportos	1.213,74	5,40		1.213,74		5,40
8	Tecnologia da Informação	309,00	1,38	309,00		1,38	
9	IMCs e IBC	184,50	0,82	184,50		0,82	
10	Fan Parks	203,83	0,91	203,83		0,91	
11	Energia	280,52	1,25	280,52		1,25	
	Total	22.465,67	100,00	12.114,85	10.677,82	53,93	46,07

Fontes: DIESPORTE e NESPAS / ASPRES - Fundação Getúlio Vargas - FGV.

e O que corresponde a investimentos e o que corresponde majoritariamente a despesa operacional

- Investimentos correspondem e geram a formação bruta de capital fixo, acrescida de uma variação líquida de estoques.
- Despesas operacionais são gastos que permitem a mobilização, realização e operacionalização do evento Copa.

	Rubrica	R\$	%	Em R\$ milhões		Em percentual (%)	
				Direcionado momentaneamente a:		Taxa de participação	
				Investimento	Despesa	Investimento	Despesa
1	Mídia	6.510,00	28,98	6.510,00		28,98	0,00
2	Estádios	4.624,45	20,58	4.624,45		20,58	0,00
3	Parque Hoteleiro	3.163,93	14,08	3.163,93		14,08	0,00
4	Reurbanização	2.837,30	12,63	2.837,30		12,63	0,00
5	Segurança	1.697,38	7,56		1.697,38	0,00	7,56
6	Rodovias	1.441,02	6,41	1.441,02		6,41	0,00
7	Aeroportos	1.213,74	5,40	1.213,74		5,40	0,00
8	Tecnologia da Informação	309,00	1,38	309,00		1,38	0,00
9	IMCs e IBC	184,50	0,82	184,50		0,82	0,00
10	Fan Parks	203,83	0,91	203,83		0,91	0,00
11	Energia	280,52	1,25		280,52	0,00	1,25
	Total	22.465,67	100,00	20.487,77	1.977,90	91,20	8,80

Fontes: DIESPORTE e NESPAS / ASPRES - Fundação Getúlio Vargas - FGV.

f Para onde - qual a cidade-sede - à qual foram previstos os aportes.

Isto é, dos recursos previstos, sejam para a definição de esporte ou legado de política pública, seja de investimento ou despesa operacional, quanto foi dirigido por cidade.

O destino dos investimentos.

Ano: 2010
Em R\$ milhões Em percentual (%)

	Cidade-sede	R\$	%
1	Belo Horizonte	1.435,1	9,88
2	Brasília	1.219,0	8,39
3	Cuiabá	1.212,0	8,34
4	Curitiba	720,2	4,96
5	Fortaleza	890,6	6,13
6	Manaus	1.357,5	9,34
7	Natal	1.499,6	10,32
8	Porto Alegre	724,6	4,99
9	Recife	779,8	5,37
10	Rio de Janeiro	1.973,2	13,58
11	Salvador	1.263,9	8,70
12	São Paulo	1.455,0	10,01
	Total	14.530,5	100,0

Fontes: DIESPORTE e NESPAS / ASPRES - Fundação Getúlio Vargas - FGV.

O quadro f mostra que R\$ 14,5 bilhões foram direcionados para dar suporte às cidades sede da Copa FIFA de 2014. Desse valor, R\$ 1,97 bilhão aportaram no Rio de Janeiro, ou 13,58% dos recursos financeiros. Isso pode ser considerado “aceitável”, ou “normal”, uma vez que a decisão final e os grandes festejos ocorreriam na cidade maravilhosa, requisitando mais verba. Por outro lado, no país do futebol e na capital mundial desse nobre esporte, que tem tantos estádios renomados e inúmeras manutenções e obras de renovação e ampliação no tempo, esse valor causa espécie. Parece sobre dimensionado o recurso o que merece forte observância de auditorias externas e internas, dos tribunais de contas federal e estadual e de todos quantos lidam com os recursos públicos.

Da mesma forma, o montante das verbas em Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Manaus, Salvador e São Paulo (pelo menos nessas capitais), assevera-se assombroso. Merece cuidadosa inspeção a rota de pagamento desses recursos públicos. Seja porque se visa financiar um megaevento de duração curta, seja porque se deixará de financiar um enorme conjunto de programas públicos que fazem muito bem à população, tais como de educação, saúde e habitação.

Sob este quadro, o esporte é essencial e importante. Há de ser prestigiado, porque sua prática beneficia a população como um todo. Mas megaeventos fazem bem em saúde a um punhado limitado de atletas de alto rendimento; a um agrupamento pré-combinado de empresários que trabalharão em regime de monopólio e oligopólio, com concessões ajustadas para fazer ganhos extras; e a aqueles que conseguem fazer parte temporária do anel de suprimento de bens e serviços complementares da atividade desportiva.

Com a precariedade do regime de contratos vigente no Brasil e com o clima antiempresarial que o populismo trabalhista no poder estabeleceu, é bem provável que o legado da Copa e da Rio 2016 seja o de muitas empresas pequenas e médias quebradas financeiramente após os jogos, falidas e sem recebimentos porque o verdadeiro tamanho dos projetos é bem menor que o divulgado.

Logo, quando emergir o tamanho verdadeiro do financiamento realizado no que é de fato evento esportivo, a verbas serão mais escassas e os fornecedores terão liberado mais crédito e recursos que aquilo que publicamente de fato ampara os projetos Copa FIFA e Rio 2016.

Essa situação projetada poderá indicar colapso parcial ou total de diversos setores da economia, em cidades do porte do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Natal, entre outros. A queda de renda, de produto e serviços, assim como o aumento do desemprego estrutural estará assegurada nessas urbes e cidades, por longos anos.

g Comparação dos valores registrados por município das cidades-sede pela via da STN, em face dos valores a serem aportados nos anos de 2010 a 2014 (5 anos) para a Copa 2014.

Ano de comparação: 2010

N	Município	Nº dos 1.144	Aporte			% s Valor por secretaria	Diferencial sobre a média
			2010	Total em 5 a	Média anual		
			R\$	R\$			
6	Manaus	37	16,8	1.357,5	271,5	1.614,92	254,7
11	Salvador	125	3,5	1.263,9	252,8	7.226,42	249,3
5	Fortaleza		47,5	890,6	178,1	374,74	130,6
2	Brasília	212	55,3	1.219,0	243,8	441,16	188,5
1	Belo Horizonte	341	20,3	1.435,1	287,0	1.414,38	266,7
3	Cuiabá	472	0,9	1.212,0	242,4	27.083,80	241,5
9	Recife	625	3,1	779,8	156,0	5.034,22	152,9
4	Curitiba	673	19,2	720,2	144,0	752,01	124,9
10	Rio de Janeiro	755	32,8	1.973,2	394,6	1.204,35	361,9
7	Natal	781	7,8	1.499,6	299,9	3.824,53	292,1
8	Porto Alegre	846	13,7	724,6	144,9	1.060,75	131,3
12	São Paulo	1112	261,3	1.455,0	291,0	111,38	29,7
			482,1	14.530,5	2.906,1	602,81	2.424,0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Levantamento: NECE - Núcleo de Estudos das Contas do Esporte da Fundação Getúlio Vargas

Interpretação: para evidenciar-se que ingressou eventualmente aporte de recurso não típico do esporte anualmente e que é dedicado à Copa 2014, os valores municipais haveriam de se igualar ou ao menos aproximar à média anual prevista dos aportes de recursos.

Quanto maior é o volume de recurso anual municipal registrado pela STN em período pré / durante e logo após Copa, similar à média anual supra prevista para o período 2010 a 2014, maior é a probabilidade de essa citada conta ter recebido recursos para o mega-evento, que não são típicos necessariamente do esporte e podem corresponder a montantes destinados ao reforço de múltiplas políticas públicas, como de mobilidade, a título de legados.

Da mesma forma, quanto menor for o diferencial sobre a média entre o recurso anual e a média prevista (ou seja, valor em reais que tende a zero), tanto maior é a probabilidade de se ter registrado na conta do STN e logo, das secretarias, o legado público para a Copa, o que não é conta típica de municipalidade acionando o esporte de base.

1.144 refere-se ao estudo das contas das secretarias municipais do esporte, realizado pelo DIESPORTE em sua variável financiamento.

Percepções analíticas

Há um esforço qualificado parcial, sem ajustes reais porque nominais e bem evidente de mostrar as informações cidade a cidade, elaborado pelo Ministério do Esporte, no período 2010 a 2014. Esses estudos seguem uma metodologia razoavelmente consistente, bem padronizada e admitem comparabilidade. Mas são excessivamente otimistas ante o quadro desalentador de evolução do PIB do Brasil entre 2011 e 2014, assim como em face das projeções de 2015 a 2016.

Ano após ano o PIB decresce de ritmo. A taxa que diminui indica um Brasil que se dirige à recessão. Entrementes, investe-se pesado em “bens de luxo”, uma vez que megaeventos beneficiam um raro grupo de poucos atletas de alto desempenho. Isso contradiz por completo as promessas e propostas do governo Luis Inácio Lula da Sila e da Presidente Dilma Rousseff, de fazer governos voltados para os pobres.

Pelo contrário, as instalações do esporte que se fazem construir e o valor dos bilhetes nos estádios, uma vez concluídas as obras, são inequivocamente destinadas para os membros ricos, de maior renda, da população brasileira.

Vive-se o irônico contraditório.

Os estudos atendem pelos títulos que seguem, mas neles carece a identificação do que seja esporte, ou recurso público destinado ao preenchimento e atendimento de outras políticas públicas. E de fato elas são bem variadas, precisando de uma tipologia e taxonomia classificatória.

Esses estudos atendem pelos seguintes títulos:

5º Balanço de ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014; Cidades – sede; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Brasília; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Belo Horizonte; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: São Paulo; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Cuiabá; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Manaus; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Fortaleza; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Natal; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Recife; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Porto Alegre; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

Os valores finais destes estudos ainda eram objeto de conclusão e realização, quando este estudo foi concebido, na sua forma original, em outubro de 2014.

Conforme o estudo da UFSC, Copa do Mundo de 2014 e a Transparência dos Gastos Públicos nas cidades – sede, 2012, após a análise de fatores que podem ajudar a explicar a transparência dos dados e das informações municipais no megaevento, entre os quais a possibilidade de download de dados, a facilidade de navegação em portais das prefeituras, a clareza e a objetividade sobre o que se divulga e afins, assim se manifesta ele:

“Conclui-se que com índices inferiores a 50% da pontuação total, os municípios precisam melhorar a transparência e a qualidade das informações divulgadas, para que ao final da Copa de 2014, seja possível estudar quais foram os legados deixados por esse evento mediante os investimentos realizados com recursos públicos. ”.

E arremata: “Tendo como base a metodologia adotada neste estudo, identificou-se que o município que apresentou o melhor índice de transparência foi Belo Horizonte, com 49%, seguido de Porto Alegre com 47% e Brasília com 46%”.

Ou seja, nenhum dos 12 municípios apresentou sequer a metade dos indicadores que lhe deveriam auferir e render uma transparência de ao menos 50%, ou uma nota 5,0, dados os requisitos apontados.

Conclusões

É necessário diferenciar entre legado efetivo de longo prazo para um país, uma cidade ou um município e investimento com gastos correntes para a promoção de megaeventos.

Legados prometidos extrapolados em valor podem gerar legados negativos, paralisar uma economia total ou parcialmente e criar uma sensação de incredulidade e inveracidade em face do que as autoridades declaram.

Como efeito e impacto, essa sobrevalorização falsa do legado financeiro pode criar protestos da população; justificar comprovadamente a má gestão pública, na direção da irresponsabilidade fiscal, pondo em aberto as práticas contrárias à importante LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal; implicar em abertura de inquéritos e auditorias por parte de tribunais de contas nos três níveis de governo; justificar a queda de autoridades, seja a presidência, ministros de estado e secretários de governo, entre outros e criar um clima de revolta fiscal.

Há uma diferença entre lutar legitimamente pela atração da Copa FIFA e ou das Olimpíadas ao Brasil, com orçamentos e legados justificáveis e apor quaisquer dados e números para justificar ações de governo que não necessariamente se verificam, nem geram produtividade, nem se inserem a favor do bem-estar de todos os cidadãos.

Pagar “depois dos eventos ocorridos” o valor verdadeiro de uma dívida pode ser desastroso no futuro do Brasil e das cidades sede. Da mesma forma, sobre faturar o esporte e vendê-lo como ultra grande promotor do PIB – Produto Interno Bruto, soa falso e gerará consequências funestas.

Investir em esporte é fundamental, posto que os efeitos multiplicadores que ele gera sobre a saúde pública, a educação, a cultura, o convívio social e o setor de serviços é notável. Mas vender uma sensação de falso trampolim para o desenvolvimento desmoraliza a atividade pública e vai contra as boas práticas.

As 12 cidades sede receberam recursos excepcionais, que capitalizaram e alavancaram o futebol como esporte, rendendo arenas e estádios de altíssima qualidade, para o desfrute presente e futuro dos cidadãos. Nas olimpíadas, o Rio de Janeiro poderá novamente utilizar certas dessas instalações.

Todavia, não nos iludamos. Eventos possuem Fôlego curto. Esportes são mais um setor numa economia complexa como a brasileira. Os R\$ 11,5 bilhões realmente vinculados em esportes em 2014 não correspondem nem a 0,1% do PIB do Brasil nesse ano, nem a 0,3% dos investimentos agregados público-privados.

Logo, o esporte não tirará a economia brasileira do descenso acelerado que ele experimenta desde o ano 2011. E isso infelizmente ficará como um legado.

Contudo, para promover o megaevento Copa, foram implantados projetos como de transporte, de segurança pública, de iluminação, de turismo, de hotelaria e outros, que são usados por curto tempo na cidade para o futebol e seus torcedores, gerando muito mais efeitos não esportivos nos anos seguintes, tais como segurança pública e mobilidade urbana.

Não se pode nem deve confundir esses dois efeitos. É relevante separar aquilo que condiz com gasto de custeio e investimento em esporte puramente, daquilo que representa um legado permanente e de uso variado, diferente de e para esporte.

Os dados e quadros anteriores mostram que o valor verdadeiro dos empenhos em esporte foi menor que aqueles que se divulgaram, de forma que isto causou – e com justa razão – uma certa reação popular de indignação e raiva. O efeito será mais protestos, mais parada econômica e mais desemprego.

Cabe às autoridades instituídas saber identificar com responsabilidade o que de fato é legado esportivo, para gerar credibilidade institucional e não forjar irresponsabilidade orçamentária fiscal de tristes consequências.

Por fim, o bom legado seria e é aquele que, entre outros, neste caso:

- a) Prevê, provê e propõe claramente como se usarão as instalações esportivas após seu uso em megaeventos;
- b) Prevê, provê e propõe claramente uma agenda contínua multianual de utilização das instalações, com inserção da comunidade, da cidade e de seus cidadãos, desde as crianças até os sexagenários nas práticas desportivas e de outras naturezas complementares;
- c) Não repassa dispêndios às gerações futuras;
- d) Não promove a alta tributária e da carga fiscal aos contribuintes do presente e do futuro;
- e) Faz crescer ao legado verdadeiro novos investimentos, com vistas a atrair permanentemente um fluxo de turistas estrangeiros a essas cidades sede;
- f) Não permite que uma vez concluídas as obras públicas em estádios, se desempreguem maciçamente operários e com isso se crie a desesperança com queda de renda;
- g) Alimenta a cadeia de suprimento do esporte dentro da cadeia de produção nacional;
- h) Forja exemplarmente o megaevento como formato de outros megaeventos e estruturas, que se associam a atividades complementares de outros municípios e vizinhos estaduais, sem criar guerras fiscais nem animosidades financeiro-econômicas;
- i) Faz lembrar as cidades sede e o Brasil como exemplo muito bem-sucedido de administração esportiva de megaeventos, onde tudo funcionou bem, não houve ameaças de terrorismo, não se verificaram violências e é possível desfrutar de uma cidade e de suas infraestruturas por todo o ano;
- j) Afirmaria a manutenção de projetos que empregam, geram renda e riqueza e satisfação social;
- k) Tornam as cidades –sede em cidades internacionais, ligadas à rede mundial permanente de eventos, conferências, fóruns, megaeventos e afins.

Bibliografia

5º Balanço de ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014; Cidades – sede; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Brasília; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Belo Horizonte; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: São Paulo; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Cuiabá; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Manaus; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Fortaleza; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Natal; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Recife; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

5º Balanço de ações para a Copa 2014 – 1º ciclo; Cidades – sede: Porto Alegre; Ministério do Esporte; setembro de 2013.

Andrade, A.; Considerações sobre a aplicação da Lei da Responsabilidade Fiscal; Câmara de desenvolvimento Profissional; CRC – SP; 2001.

Atletas pelo Brasil; I Relatório Cidades do esporte; Novembro de 2014; 1ª edição.

Banco de dados da Secretaria do Tesouro nacional do Ministério da Fazenda – STN / MF; Orçamento de Estados e municípios; anos de 2010 a 2013.

Brasil Portal do Governo Brasileiro; Rio de Janeiro é sede dos Jogos Pan-Americanos, linha do tempo; 2007; Brasília.

Brasil Sustentável – Impactos Socioeconômicos da Copa do Mundo 2014; Ernst Young; 2012.

CBF – Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014; [HTTP://pt.fifa.com/worldcup/index](http://pt.fifa.com/worldcup/index)

Copa das Confederações 2014; Investimentos para a Copa de 2014 chega a 28 bilhões; 18 de junho de 2013; Portal da Transparência.

Copa do Mundo 2014: algumas considerações sobre a realização do evento no Brasil; Nota Técnica; DIEESE – Depto Intersindical de estatística e de estudos Socioeconômicos; n. 110, maio de 2012.

Copa do Mundo de Futebol; Impactos e oportunidades sobre os serviços especializados e o trabalho temporário; Pesquisa Pontual; Realização SINDIPRESTEM; Apoio ASSERTTEM.

Estádios – Os 12; Portal da Copa; Portal da Transparência; Controladoria Geral da União; Confederações; 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística; [HTTP://www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada; [HTTP://ipea.gov.br](http://ipea.gov.br)

Kasznar, Istvan e Graça, Ary; A Indústria do Esporte no Brasil – Economia, PIB do Esporte, Empregos e Evolução Dinâmica; M Books; apoio do Ministério do Esporte; 2012

Kasznar, Istvan; Análise Técnica de Estatísticas do Esporte – Perfil dos Brasileiros ao Praticarem lazer; CBV – Menthor Textual; 2010

Lei Complementar n. 131; 27 de Maio de 2009; acrescenta dispositivos à Lei Complementar n. 101; 4 de maio de 2000

Portal da Transparência; relatório de atividades da Copa de 2014; Relatório de 12/2012; Brasília; 2012.

Portal da Copa; Matriz de Responsabilidade Consolidada; Relatório de 4 de 2013; Brasília; 2013

Da Costa, Lamartine; Atlas do Esporte no Brasil; Rio de Janeiro; CONFEF; 2006.

Miranda, S.; Vale a pena o Brasil sediar a Copa de 2014?; Revista Mundo estranho; São Paulo; 3 de 2011

Perguntas e Respostas: Copa do Mundo de 2014; Revista VEJA; Outubro de 2007.

Porque o Brasil foi escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2014?; Revista VEJA.

SECOM; Copa de 2014 deve gerar 142,3 bilhões de reais; in: [HTTP://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/acois-e-programas/comunicacao/publica/em-questao/edicoes-antiores/edicoes-antiores](http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/acois-e-programas/comunicacao/publica/em-questao/edicoes-antiores/edicoes-antiores).

Secretaria do Tesouro Nacional - STN mediante o seguinte link, que consta na nuvem do DIESPORTE, para acesso de 48 tabulações, oriundas de 12 cidades-sede, 4 anos por cidade: [HTTPS://mega.co.nz/#f!f9hqzra!rq2xrqzw0qz8tpmaz6teq](https://mega.co.nz/#f!f9hqzra!rq2xrqzw0qz8tpmaz6teq)

Termo Aditivo à Matriz de Responsabilidades; Brasília; 16 de Maio de 2012.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – Congresso; Copa do Mundo de 2014 e a Transparência dos Gastos Públicos nas cidades – sede; 2012